



	<p>Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego Ana Cláudia Valente (Coord.), João H. C. António, Tânia Correia, Leonor Pereira da Costa Novembro de 2016, Estudos OM 59 Observatório das Migrações Alto Comissariado para as Migrações (ACM) ISBN 978-989-685-081-4</p> <p>Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt Contacto: centro.documentacao@acm.gov.pt</p> <p>Estudo cofinanciado pelo FEINPT – <i>Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros</i></p>
--	--

Resumo:

Este estudo procura compreender como o desemprego tem afetado, nos últimos anos, os imigrantes nacionais de países terceiros (NPT), e conhecer as suas expectativas face ao futuro em Portugal. Estes elementos são fundamentais para debater os desafios atuais da sua inserção num mercado de trabalho mais limitado e difícil, à luz das potencialidades das políticas ativas de emprego.

Para além das fontes oficiais sobre desemprego (e.g., INE, IEFP, Eurostat) foram base empírica para este estudo: (1) as bases de dados do IEFP sobre desemprego registado de imigrantes NPT; (2) as bases de dados do IEFP sobre imigrantes NPT abrangidos por medidas ativas de emprego; (3) um inquérito realizado no âmbito deste estudo nos três distritos de Portugal com maior número de imigrantes – Lisboa, Setúbal e Faro – junto de 983 NPT atualmente desempregados.

O período de recessão económica que Portugal tem vivido nos últimos anos e o agravamento acentuado das condições do mercado de trabalho agudizaram a vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes, em particular dos cidadãos NPT. Grande parte dos sectores que tradicionalmente absorvem mais mão-de-obra imigrante, como a construção civil, a hotelaria e restauração, o comércio e os serviços domésticos, têm sido os sectores mais afetados pela crise. Por outro lado, com uma inserção laboral mais sujeita a trabalhos flexíveis e precários, os imigrantes têm normalmente uma exposição acrescida ao desemprego.

De acordo com os dados do inquérito realizado no âmbito deste estudo, é evidente a trajetória de rotação entre empregos precários e pouco qualificados que caracteriza, em larga medida, as experiências de trabalho dos imigrantes NPT no nosso país. Para a grande maioria dos inquiridos, a primeira profissão em solo português foi uma profissão não qualificada, com relação laboral marcadamente precária. Verifica-se uma melhoria do nível de qualificação da ocupação dos imigrantes no último emprego, antes da situação de desemprego. Contudo, esta melhoria não é sentida na duração dos contratos, que continua a ser na sua maioria inferior a um ano. Uma elevada rotação entre empregos é também evidente e quase metade (46%) dos inquiridos refere ter estado tanto ou mais tempo desempregado do que empregado desde que chegou a Portugal.



O aumento do desemprego, sobretudo no período de 2008 a 2013, foi muito mais acentuado entre os estrangeiros do que entre os portugueses. Por outro lado, quando, no último ano se reduziu, esta redução foi também maior para os estrangeiros. A maior presença de trabalho imigrante em sectores mais afetados pela crise e a existência de vínculos contratuais mais frágeis tornam o emprego desta população mais rápido e facilmente ajustável, com reflexos na variação e no volume de desemprego. Por outro lado, a mobilidade característica desta população, sobretudo das últimas vagas de imigrantes para Portugal, tornam-na também mais rapidamente ajustável às oportunidades de emprego que o mercado de trabalho oferece. Perante a perspectiva de longos períodos de desemprego, os imigrantes tendem mais facilmente a optar por sair do país ou a aceitar as oportunidades de emprego disponíveis, mesmo que menos qualificadas e mais precárias. Contudo, o aumento mais expressivo, nos últimos anos, do desemprego de longa duração entre os imigrantes significa que, uma vez excluídos do mercado de trabalho, tem vindo a ser mais difícil a sua reinserção.

2

O prolongamento da crise, o agravamento do desemprego e a redução dos apoios sociais poderão ter como consequência estratégias de retorno e remigração. Segundo os dados do inquérito realizado, no entanto, a intenção de permanência no país é ainda prevalectante. A maioria dos inquiridos mantém-se otimista quanto à probabilidade de voltar a ter trabalho em Portugal e quanto à qualidade desse trabalho - este será tão ou mais bem pago que o trabalho anterior e a fazer algo que os valorize tanto ou mais do que no trabalho anterior -, expectativas que certamente favorecem a sua permanência e indicam uma integração elevada na sociedade portuguesa. Dois terços dos inquiridos procuram ativamente trabalho e a maioria dos inquiridos refere estar à procura de trabalho há seis meses (um em cada três há mais de um ano). A procura de emprego faz-se sobretudo por contactos informais, com familiares e amigos, e por contactos formais com as próprias entidades patronais ou com o Centro de Emprego - mais de metade dos inquiridos refere ter-se dirigido ao Centro de Emprego. Os imigrantes que se encontram há mais tempo em Portugal são aqueles que utilizam estratégias mais diversificadas para procurar trabalho.

Dois terços dos inquiridos estão inscritos num Centro de Emprego, e 30% recebe ou já recebeu subsídio de desemprego. Mais de metade dos inquiridos refere conhecer os programas ou as medidas do Centro de Emprego que apoiam os desempregados a encontrar trabalho ou a fazer formação. De facto, a evolução da participação dos NPT em medidas ativas de emprego revela um aumento expressivo, sobretudo a partir de 2008.

As medidas mais participadas são as de formação profissional, tal como sucede para o total de abrangidos. Contudo, nas medidas e programas de incentivo ao emprego, nomeadamente nas que visam facilitar a inserção profissional, e nas quais seria exetável uma maior participação dos imigrantes desempregados, mais condizente com o objetivo de “imigrar para trabalhar” e com as suas próprias expetativas de permanência no país, não apenas a participação é bastante inferior à da totalidade dos abrangidos, como também é diferenciada. É muito menor em “estágios” e nos “apoios à contratação” e muito mais expressiva em medidas que promovem a inserção através do “trabalho socialmente necessário”. É também interessante notar o peso muito residual, para ambos os grupos (total de abrangidos e NPT), da participação em medidas de “apoio à criação de emprego e empresas”, apesar da importância que tem vindo a ser dada ao empreendedorismo, e neste sentido também ao empreendedorismo imigrante, no combate ao desemprego. Com efeito, estas devem constituir áreas de aposta da intervenção pública, sobretudo no contexto atual, procurando-se reforçar a divulgação das medidas e dos serviços de apoio disponíveis e garantindo-se uma participação mais elevada de imigrantes desempregados.